

LAURA CIBELE RODRIGUES CARDOSO

**O processo de constituição da docência na educação infantil: do mito da
educadora nata à profissionalização e identidade docente.**

Uberlândia

2024

LAURA CIBELE RODRIGUES CARDOSO

O processo de constituição da docência na educação infantil: do mito da educadora nata à profissionalização e identidade docente.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dr^a. Cirlei Evangelista Silva

Uberlândia

2024

LAURA CIBELE RODRIGUES CARDOSO

**O processo de constituição da docência na educação infantil: do mito da educadora
nata à profissionalização e identidade docente.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Instituto de Psicologia da
Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de
Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dr^a. Cirlei Evangelista Silva

Banca Examinadora

Uberlândia, 06 de dezembro de 2024

Profa. Dr^a. Cirlei Evangelista Silva

Universidade Federal de Uberlândia –Uberlândia, MG

Profa. Dr^a. Anabela Almeida Costa e Santos Peretta

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Ma. Fernanda Bernardes de Assis

Prefeitura Municipal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Uberlândia
2024

Resumo

A Educação Infantil é um campo educativo em constante evolução, apresentando desafios e oportunidades que influenciam a prática e a percepção das professoras que atuam nesta etapa da educação básica. O presente trabalho se propôs refletir sobre o processo de constituição da professora na Educação Infantil. Buscou-se compreender como se desenvolve este processo, verificando como se deu a constituição da docência, a formação e a atuação das professoras para atuarem nesse nível de ensino, focando na profissionalização e na construção da identidade docente. A partir da abordagem qualitativa foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases Periódicos Capes e Sciello, sendo que as informações foram analisadas utilizando-se a Análise de Conteúdo. Estudos evidenciam que a formação continuada e o reconhecimento social são fatores cruciais para o fortalecimento da identidade docente e para a melhoria da qualidade educacional oferecida. Este trabalho revisita essas concepções, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel das professoras e os caminhos para a constituição de uma docência mais consolidada e efetiva, desmitificando a concepção ainda atual de que são professoras natas. Diante disso, a pesquisa visou, a partir da revisão da literatura existente, produzir reflexões e questionamentos críticos, bem como fornecer subsídios que possam orientar políticas educacionais e práticas pedagógicas futuras.

Palavras-chave: Professoras. Educação Infantil. Constituição da Docência.

Abstract: Early Childhood Education is an ever-evolving educational field, presenting challenges and opportunities that influence the practice and perception of teachers working at this stage of basic education. This study aimed to reflect on the process of teacher development in Early Childhood Education. It sought to understand how this process unfolds by examining the formation of teaching practices, the training, and the professional activities of teachers in this educational level, focusing on professionalization and the construction of teaching identity. Using a qualitative approach, bibliographic research was conducted in the Periódicos Capes and SciELO databases, and the information was analyzed using Content Analysis. Studies highlight that continuous training and social recognition are crucial factors for strengthening teaching identity and improving the quality of education offered.

This study revisits these concepts, fostering a critical reflection on the role of teachers and the paths toward building a more consolidated and effective teaching practice, demystifying the still-prevalent notion that they are “natural-born” educators. In this context, the research aimed, through a review of the existing literature, to generate critical reflections and questions, as well as to provide insights that may guide future educational policies and pedagogical practices.

Keywords: Teachers. Early Childhood Education. Teaching Constitution.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
A Docência na Educação Infantil: reflexões iniciais.....	6
Percurso Metodológico.....	9
A Constituição da Docência de Professoras da Educação Infantil: construções possíveis.....	14
1. O Processo de Constituição da Docência na Educação Infantil.....	14
2. O Processo de formação das professoras que atuam na Educação Infantil.....	19
3. A atuação da professora da Educação Infantil.....	25
Considerações Finais.....	30
Referências.....	33

Introdução

A sociedade brasileira ao longo dos anos, a partir da expansão da Educação Infantil em seu território, vem compreendendo ainda mais a importância das vivências na primeira infância. Por esse fato, a discussão e a implementação de políticas públicas que visam atender a este público e contribuir para a qualidade da educação tem sido pauta constante não somente de movimentos sociais, mas de instituições e setores voltados para a educação.

Este movimento contribuiu para que, em 1988, a Constituição reconhecesse o atendimento às crianças de zero a seis anos, enquanto um dever do Estado. No capítulo II, Dos Direitos Sociais, art. 7º, XXV, se afirma que tenha: “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (BRASIL, 1988, pág.19).

Visando contribuir para a organização das propostas pedagógicas que norteariam o trabalho a ser desenvolvido na Educação Infantil foram promulgados alguns documentos legais. No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), datado de 1998, são encontradas referências e orientações que consideram as características afetivas emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos. Ressalta-se que a dignidade e os direitos, o direito à brincadeiras, a socialização, o acesso a bens socioculturais disponíveis e atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade são os tópicos incluídos no documento, que também exemplifica a necessidade de dar atenção às crianças nas suas individualidades.

Em 2006, o governo publicou os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI), que propõem assegurar, além do direito ao acesso à Educação Infantil, possibilidades de aprendizagem com qualidade para as crianças de 0 a seis anos em todo o território brasileiro. E, em 2009, a partir do parecer CNE/CEB 20/2009, foram fixadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que apontavam que as

propostas pedagógicas devem respeitar os princípios determinados no documento, trazendo orientações do trabalho a ser realizado nessa etapa.

Na atualidade, o documento normativo que define as competências, habilidades e conhecimentos essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Apresentada pelo Ministério da Educação (MEC), em 2017, ela visa garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade independente de onde estudem no Brasil. Sua finalidade é servir como referência para a elaboração dos currículos das escolas, orientando o trabalho dos professores e ajudando a padronizar os conteúdos essenciais a serem ensinados, ao buscar promover uma educação que respeite as diversidades culturais, regionais e sociais do Brasil, bem como garantir um conjunto mínimo de conhecimentos e competências a serem desenvolvidas por todos os estudantes.

Com a ascensão da Educação Infantil à primeira etapa da educação básica e a implementação de políticas que visavam oferecer melhor qualidade ao processo formativo das crianças neste contexto, observou-se a necessidade de se investir também na formação dos profissionais que atuam nas instituições educativas. Anteriormente, existia a possibilidade de qualquer profissional atuar na Educação Infantil, devido à ausência de documentos legais que apontassem para a obrigatoriedade de se ter uma formação inicial que abordasse conhecimentos didático-pedagógicos que atendessem a primeira infância.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) foi o documento que estabeleceu o curso de Magistério como a formação mínima exigida para atuação na Educação Infantil. Visando contribuir para esta temática, foi instituído também o Plano Nacional de Formação de Professores, instaurado pelo Decreto 6755/2009, que indica um regime de colaboração entre União, estados e municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas.

Nesse sentido, nota-se que a formação inicial e continuada dos docentes desempenha um papel crucial na consolidação de uma prática docente efetiva. Flores (2018) argumenta que o lugar da prática docente na Educação Infantil deve ser um espaço de encontro para o desenvolvimento do potencial criativo das crianças. Assim, a formação contínua emerge como essencial para nutrir a identidade do docente, ampliando sua capacidade de impactar positivamente o desenvolvimento integral dos alunos.

Sabe-se que a docência na Educação Infantil tem sido historicamente marcada por desafios associados à definição de um perfil profissional e à valorização do papel da professora. Segundo Suzini (2020), o desenvolvimento de uma identidade docente robusta é essencial para o avanço das práticas pedagógicas para a educação das crianças pequenas. Este processo de profissionalização envolve não apenas uma formação acadêmica sólida, mas também o reconhecimento social das habilidades e competências específicas necessárias aos professores desta etapa. Estudar a evolução dessas concepções é, portanto, uma tarefa que exige uma análise cuidadosa dos contextos históricos, culturais e sociais que influenciam as práticas pedagógicas de todos os profissionais da educação e que fazem parte de sua constituição profissional.

Para Tardif (2002), a constituição da professora pode ser entendida como um processo contínuo, que se dá ao longo de sua trajetória de vida e bastante ligado à construção da identidade profissional. Deste modo, é possível compreender que este processo se caracteriza por seus múltiplos contextos, trazendo a individualidade de cada ser, considerando-se, sua história, experiências pessoais, formação acadêmica e as condições de trabalho. É necessário que se compreenda como esses fatores interagem para construir a identidade profissional e quais são as possibilidades de melhorias na formação docente para avançar na qualidade da educação que é oferecida às crianças.

Defende-se que o futuro da Educação Infantil e a constituição do professor dependem de políticas públicas que promovam a valorização e o apoio aos profissionais, inclui não apenas

a formação de qualidade, mas também melhores condições de trabalho, apoio institucional e reconhecimento social. Acredita-se que somente assim será possível garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação que respeite e promova seu pleno desenvolvimento, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Outro ponto crítico apontado na profissionalização docente é a formação continuada, elemento chave para a incorporação de avanços teóricos e pedagógicos na prática docente cotidiana. De acordo com Montano (2018), a formação continuada não apenas fortalece a competência técnica dos professores, mas também enriquece sua capacidade de refletir criticamente sobre suas próprias práticas. Essa perspectiva destaca a importância de espaços de formação que possibilitem um diálogo aberto e construtivo entre teoria e prática pedagógica.

A literatura recente mostra que o surgimento de novas demandas sociais e tecnológicas tem agregado camadas de complexidade ao papel do professor na Educação Infantil. Lovatti (2019) aponta que a inserção de práticas pedagógicas inovadoras é indispensável para acompanhar as transformações sociais e culturais contemporâneas. No entanto, estas transformações requerem uma reflexão crítica sobre as práticas docentes vigentes e o caminho para uma re-estruturação que atenda às especificidades deste ciclo de ensino.

Cabe salientar a relevância do contexto relacional na Educação Infantil, no qual o professor atua como um mediador de aprendizagens e experiências. A interação diária com as crianças oferece um laboratório vivo para a prática pedagógica, onde as teorias podem ser aplicadas e ajustadas de acordo com as respostas e necessidades dos estudantes. Essa abordagem é crucial para o desenvolvimento de uma prática docente que seja verdadeiramente centrada no aluno, como aponta Flores (2018), que vê na Educação Infantil um espaço privilegiado para o encontro e o florescimento da curiosidade infantil.

Tendo este cenário enquanto perspectiva foram construídos os seguintes questionamentos: quem é o professor da Educação Infantil? Como foi sua constituição nessa

profissão? Como e onde se deu seu processo de formação? Como ocorre a sua atuação pedagógica junto às crianças da primeira infância na atualidade? Em busca de respostas esta pesquisa foi realizada tendo como objetivo geral: refletir sobre o processo de constituição da professora na Educação Infantil, tendo em vista as diferentes concepções produzidas sobre as profissionais da educação desde o início de sua atuação neste nível de ensino até os dias atuais. E como objetivos específicos: - identificar na literatura como ocorreu o processo de constituição da docência na Educação Infantil; - verificar como se deu o processo de formação das professoras para atuarem na Educação Infantil; e - apontar como ocorre a atuação da professora da Educação Infantil.

A partir do exposto, o presente trabalho pretende contribuir para a discussão acerca da constituição da docência na Educação Infantil, considerando-a um fenômeno multifacetado, influenciado por fatores sociais, culturais e institucionais. Toninato (2008) argumenta que a identidade dos docentes é continuamente negociada e reconstruída conforme mudam as expectativas sociais em relação ao papel da educação na infância.

Assim, este estudo visa não apenas cartografar o panorama histórico e conceitual da docência na Educação Infantil, mas também propor um diálogo contínuo e frutífero com ênfase na análise das concepções históricas e contemporâneas que influenciam a constituição da identidade e da profissionalização docente. A expectativa é que esta pesquisa bibliográfica contribua para promover a docência na Educação Infantil para um patamar de maior qualidade e de valorização aos professores, o que certamente favorecerá que estes profissionais respeitem as especificidades do contexto infantil e promovam o desenvolvimento integral das crianças.

A Docência na Educação Infantil: reflexões iniciais

A docência na Educação Infantil é historicamente marcada por uma série de desafios e especificidades. Mesmo sua importância sendo reconhecida com um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, segundo Oliveira (2007) e Kramer (2005), essa área é vista, muitas vezes, de forma subordinada, ou seja, como uma preparação para as próximas etapas de ensino.

A Educação Infantil, inicialmente, foi vista como uma ampliação do cuidado familiar, vinculada a uma “extensão” da maternidade, por esse fato, a utilização do termo “tia” reforça essa ideia, já que remete a uma proximidade e afetos típicos das relações familiares. Novaes (1992) aponta que esse termo foi estabelecido na educação pré-escolar a partir da década de 1960, e em 1970 no nível primário. Além disso, a autora discorre que uma das razões pelos quais essa terminologia começou a ser usada foi por conta da sensação de segurança “emocional” que as mães sentiam pela culpa de trabalhar fora, assim, ao confiarem seus filhos aos cuidados da tia, sentiam-se tranquilas por deixá-los com uma figura amigável, bondosa e que apreciava a companhia de crianças.

A função de professora na Educação Infantil é predominantemente feminino. Segundo Rosenberg e Amado (1992), esse fato pode ser compreendido a partir de fatores históricos e culturais, tanto no contexto doméstico quanto no público, a responsabilidade pelo cuidado e educação das crianças tem sido tradicionalmente atribuída ao gênero feminino. A educação é, assim, relacionada as mulheres, e o trabalho docente com crianças ainda reflete as marcas culturais da maternagem.

A presença masculina na docência ser historicamente menor é entendida por fatores culturais como preconceito em relação à figura masculina na docência, a divisão sexual do trabalho e o gênero esperado para trabalhar nesse nível de ensino. Porém professores de todos os gêneros na escola é importante para a formação das crianças, permitindo que elas convivam

com diferentes perspectivas e aprendam a valorizar as contribuições de cada gênero.

Segundo Ramos (2012, p. 39):

[...] conviver com professor homem, com professora mulher. Quando a escola conseguir viver com essas diferenças e aceitar a entrada de mais professores homens, isso vai contribuir para que a criança aprenda a dividir tarefas entre sexos.

A constituição da identidade de uma professora é um processo complexo, caracterizado por sua singularidade e distinção. É composta tanto por aspectos pessoais quanto profissionais, sendo determinada pelo equilíbrio entre as características individuais da formação na docência. De acordo com Dubar (2005), é nas relações sociais com a instituição educativa e com os demais sujeitos que participam cotidianamente influenciando nessa construção que a identidade é constituída.

Considera-se que a formação da professora é importante para a elaboração e a construção de conhecimentos para a atuação na Educação Infantil. Mesmo após a graduação é necessário que estes profissionais continuem a busca de cursos que auxiliem na construção de novas estratégias de aprendizagem, reconstruindo um novo olhar sobre a educação. Nesse contexto, Imbernón (2010) afirma que a formação continuada precisa fazer parte do crescimento profissional da atuação docente, sendo capaz de proporcionar um novo sentido à prática pedagógica e ressignificar a atuação do professor.

O autor também salienta que ela deveria apoiar, criar e potencializar sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições, de modo que lhes permitisse examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes, etc., estabelecendo de forma firme um processo constante de auto avaliação do que se faz e por que se faz. (IMBERNÓN, 2010, p. 47)

Kramer (1994) menciona que o papel do MEC deve ser o de promover orientações claras, respeitando a autonomia dos governos estaduais e municipais, sendo importante em um

país caracterizado por desigualdades regionais na implementação de políticas educacionais, sobretudo no âmbito da Educação Infantil.

O papel das políticas de formação é oferecer oportunidades que respeitem as necessidades de cada indivíduo e contexto, reforçando o direito de todos a terem acesso a chances de estudo. Porém, os avanços observados, assim como as dificuldades identificadas e as desistências, revelam que os efeitos das políticas não são lineares nem uniformes, que as significações são singulares e vinculadas às relações que envolvem os sujeitos e as condições de participação, conforme aponta Smolka (2000).

A partir do exposto, percebe-se que a docência na Educação Infantil é um campo que exige não apenas conhecimento técnico, mas também uma compreensão das demandas emocionais e sociais das crianças e das influências históricas e culturais que influenciam essa profissão. Mesmo que a presença feminina seja predominante na docência nesse nível de ensino e o papel do afeto e do cuidado na construção dessa identidade profissional ainda sejam reflexos de um histórico que vincula a Educação Infantil à maternidade, a inserção de professores de todos os gêneros e a valorização da formação continuada trazem novos horizontes para essa área, possibilitando uma prática pedagógica mais inclusiva e reflexiva. Nesse contexto, as políticas educacionais desempenham um papel essencial na construção de uma docência que respeite as particularidades de cada contexto e contribua para a constituição de um ambiente educativo transformador e equitativo.

Percurso Metodológico

A pesquisa adota a abordagem qualitativa como base para a realização da pesquisa, fundamentando-se na análise de dados teóricos e textuais que permitem compreender em profundidade o processo de constituição da docência do professor na Educação Infantil. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela natureza do objeto de estudo, que envolve aspectos subjetivos e sociais, difíceis de serem capturados por métodos quantitativos.

A investigação qualitativa permite analisar as múltiplas facetas da formação docente, considerando as influências históricas, culturais e institucionais que influenciam a identidade e as práticas pedagógicas desses profissionais. Como aponta Lovatti (2019), entender a formação e docência na Educação Infantil exige investigações que vão além dos números e abordem as percepções subjetivas de professores.

A metodologia utilizada neste estudo é a pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é reunir, analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre o tema. Ela permite o levantamento e o exame de diversos estudos já publicados, oferecendo uma visão consolidada sobre as discussões acadêmicas em torno da Educação Infantil e da constituição de professores. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 54) “na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar”.

Além disso, a pesquisa bibliográfica permite uma análise crítica e comparativa entre diferentes abordagens teóricas. Ao reunir diversos autores e suas contribuições sobre o tema, é possível verificar como diferentes perspectivas dialogam ou se contrapõem, permitindo uma visão mais holística sobre o objeto de estudo. Nesse sentido, a análise bibliográfica também possibilita a identificação de conceitos-chave, tendências e práticas que têm sido aplicadas ou discutidas na formação de professores da Educação Infantil, bem como os desafios enfrentados por esses profissionais em suas trajetórias formativas e práticas pedagógicas.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve a necessidade de submissão a

comitês de ética, uma vez que os dados utilizados foram extraídos de fontes documentais e de domínio público, sem envolver a participação direta de indivíduos e respeitando os direitos autorais das obras revisadas e privacidade dos autores.

Essa escolha metodológica, além de facilitar o acesso a uma vasta quantidade de informações, também permite a construção de uma base teórica sólida que servirá de sustentação para as análises realizadas ao longo do trabalho. Dessa forma, a metodologia adotada assegura uma análise robusta e fundamentada sobre a constituição da docência do professor na Educação Infantil e suas implicações no cenário educacional atual.

Nessa perspectiva, a tarefa do pesquisador consiste em identificar, selecionar e revisar materiais acadêmicos que tratem de tópicos relacionados à Educação Infantil, políticas públicas para a educação, a formação e a constituição dos professores. De acordo com Kaiser (2019), uma análise aprofundada de literatura existente pode revelar nuances e evoluções nas "práticas pedagógicas que valorizam a cultura infantil". Essa técnica viabiliza o acesso a uma gama variada de perspectivas acadêmicas sobre o tema.

As informações foram obtidas a partir das seguintes bases de dados acadêmicos: Scielo e Periódicos Capes. O critério de seleção dos materiais priorizou a relevância destes para com os objetivos do estudo, além de sua contribuição para os temas centrais deste trabalho. A pesquisa bibliográfica foi realizada com foco em artigos que abordam diretamente a formação de professores na Educação Infantil e a constituição de sua identidade profissional. A seleção de textos seguiu um rigor metodológico para garantir que as fontes fossem consistentes e adequadas ao contexto da pesquisa.

Foram encontrados no Periódicos Capes 595 periódicos relacionados à docência em Educação Infantil. As informações foram retirados a partir da bases de dados, com os descritores: Docência e Educação Infantil; Professoras e Educação Infantil; Identidade Docente e Educação Infantil, sendo selecionados 29 (Tabela 1), excluindo artigos que retratavam sobre

homens no magistério, que destacavam a docência voltada para áreas específicas de conhecimento como matemática, educação física e estatística, bem como aqueles voltados aos relatos de estágios na graduação. Na base Scielo foi encontrado somente um artigo que já tinha sido localizado na base de dados anteriormente citada.

Tabela 1: Artigos selecionados sobre docência em Educação Infantil.

Título	Ano	Autor	Instituição
A feminização da profissão docente e a identidade da professora de educação infantil	2024	Roseli Stadler, Soeli Terezinha Pereira	<u>Faculdade Unina, Brasil</u>
Políticas curriculares para a formação de professores: a docência para a infância em pauta	2024	Meyre-Ester Barbosa de Oliveira, Márcia Betânia de Oliveira	<u>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</u>
Aprendizagem da Docência e o Desenvolvimento Profissional do Professor da Educação Infantil	2023	Tiago Pereira Gomes, Neide Cavalcante Guedes	<u>Universidade do Estado da Bahia, Brasil</u>
Educação infantil multisseriada no campo: Desafios e perspectivas no âmbito da docência	2023	Wanessa Barbosa da Silva, Sílvia Maria França da Silva Nascimento, Diógenes José Gusmão Coutinho	<u>Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler, Brasil</u>
Educação Infantil: Políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores	2023	Ligia de Carvalho Abões Vercelli, Adriana Aparecida de Lima Terçariol	<u>Universidade Nove de Julho, Brasil</u>
Formação de professores da educação infantil: Experiências do curso de especialização em docência	2023	Fernanda de Lourdes Almeida Leal, Ana Luisa Nogueira de Amorim, Denise Maria de Carvalho Lopes	<u>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</u>
Ser tia para além de uma relação de parentesco: o lugar da docência no século XXI	2023	Cidrac Ferreira Fontes, Leonardo Guedes Henn	<u>Universidade Franciscana, Brasil</u>
A constituição da carreira do professor de educação infantil	2022	Danielle Fátima Adada Oresten, Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira	<u>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</u>
Aprender a ser professora na educação infantil	2021	Marta Regina Brostolin, Ana Carla Amorim	<u>Universidade de Sorocaba, Brasil</u>
Dossiê “Educação infantil e currículo(s): cultura(s), docência e formação em debate”	2021	Cleriston Izidro dos Anjos Rodrigo Saballa de Carvalho	<u>Universidade Federal de Alagoas, Brasil</u>
O curso de pedagogia no Brasil: uma análise sobre sua história e identidade (1939 – 2019)	2021	Emerson Augusto de Medeiros, Osmar Hélio Alves Araújo, Jean Mac Cole Tavares Santos	<u>Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil</u>

Percursos da Formação Inicial em Pedagogia na legislação brasileira: desafios para a docência na Educação Infantil	2021	Valdete Côco, Maria Nilceia de Andrade Vieira, Karina De Fátima Giesen, Dilza Côco	<u>Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil</u>
Ser professor na contemporaneidade: desafios da formação de professores para a docência na educação infantil	2021	Arcelita Koscheck, Juscilene Demarco	<u>Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil</u>
Ser tia ou professora? Profissionalidade na educação infantil, um olhar sobre as representações de professores do segmento0	2021	Jeanny Meiry Sombra Silva	<u>Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil</u>
A constituição histórica do espaço da Educação Infantil: uma questão de gênero	2020	Marinália Lemos Gonçalves Vidal, Renata Helena Pin Pucci	<u>Universidade Metodista de Piracicaba, Brasil</u>
Identidade docente e formação continuada: um estudo à luz das teorias de Zygmunt Bauman e Claude Dubar	2020	Fernanda Rossi, Dagmar Hunger	<u>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil</u>
Docência na educação infantil: desafios e perspectivas da formação inicial em pedagogia	2019	Valdete Côco, Maria Nilceia de Andrade Vieira, Karina De Fátima Giesen	<u>Universidade Federal do Rio Grande, Brasil</u>
Docência na Educação Infantil: entrelaçamentos entre a formação inicial e a prática pedagógica	2019	Marlene Oliveira dos Santos, Nanci Helena Rebouças Franco, Daniela Nascimento Varandas	<u>Universidade Federal da Bahia, Brasil</u>
Formação de professores: aprendizagens (re)construídas no curso de especialização em docência na Educação Infantil	2019	Celi Costa Silva Bahia Marileia Pereira Trindade Solange Mochiutti	<u>Universidad de Jaén, Espanha</u>
Políticas de Formação Docente para a Educação Infantil	2019	Fabiana Silva Fernandes, Moysés Kuhlmann	<u>Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil</u>
Docência na educação infantil: origens de uma constituição profissional feminina	2018	Rosa Batista, Eloisa Candal Rocha	<u>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</u>
Educadora ou tia: Os reflexos da feminização do magistério na construção da identidade profissional de professores (as) da educação infantil	2018	Andréa Rodrigues de Souza José Carlos de Melo	<u>Universidade Federal de Goiânia, Brasil</u>
	2018	Viviane Drumond	<u>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</u>

Formação de professoras e professores de Educação Infantil: por uma Pedagogia da Infância			
Mudanças e persistências na formação para docência em creches e pré-escolas	2017	Sílvia Adriana Rodrigues	<u>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</u>
A Feminização da Docência na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Imperatriz: Uma Discussão Panorâmica	2016	Jónata Ferreira de Moura	<u>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</u>
Políticas e processos formativos de professores na educação infantil	2016	Filomena Maria de Arruda Monteiro, Rute Cristina Domingos da Palma, Sandra Pavoeiro Tavares Carvalho	<u>Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil</u>
O trabalho docente e a realidade educacional brasileira infantil	2015	Thaísa Oliveira Lima	<u>Universidade Federal de Jataí, Brasil</u>
Professor na educação infantil: Ser ou não ser? E como ser? Eis a questão...	2015	Sílvia Adriana Rodrigues	<u>Universidade Federal de Jataí, Brasil</u>
Constituir-se professora de Educação Infantil – caminhos e descaminhos	2006	Nilva Bonetti	<u>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</u>

Fonte: Do Autor (2024)

Para a análise dos dados, optou-se pela técnica de Análise de Conteúdo, que envolve a sistematização e a interpretação dos artigos selecionados. A Análise de Conteúdo é uma metodologia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para descrever e interpretar mensagens, ideias e temas presentes em um corpus textual. Segundo Bauer & Gaskell (2008, p. 191), esta técnica "reduz a complexidade de uma coleção de textos" por meio da identificação de categorias temáticas e agrupamentos conceituais que permitam compreender melhor os fenômenos estudados. Dessa forma, a análise possibilitou o agrupamento das categorias centrais que emergiram durante o estudo sobre a constituição do professor na Educação Infantil.

Os textos foram organizados e classificados em diferentes categorias temáticas, permitindo uma abordagem estruturada das questões-chave identificadas na literatura. Entre os temas analisados, estão o processo da formação inicial e continuada e constituição das professoras da educação infantil, o perfil das professoras nesse nível de ensino e a atuação das

profissionais. A categorização desses temas facilitou a identificação de tendências e lacunas nas discussões acadêmicas, contribuindo para a elaboração de uma síntese coerente e crítica sobre o tema.

A Constituição da Docência de Professoras da Educação Infantil: construções possíveis

Os resultados obtidos a partir da metodologia aplicada revelaram importantes percepções sobre o processo de constituição da docência na Educação Infantil, destacando a formação identitária das docentes e a evolução das práticas pedagógicas neste âmbito. A análise das informações provenientes de uma vasta gama de literatura existente possibilitou a identificação de documentos significativos que abordam as transformações ocorridas na Educação Infantil, na constituição, formação e identidade das professoras ao longo dos anos.

Visando atender aos objetivos propostos, as informações serão apresentadas a partir de três eixos temáticos, a saber: o processo de constituição da docência na Educação Infantil; o processo de formação das professoras que atuam na Educação Infantil; e, por fim, a atuação da professora da Educação Infantil.

1. O Processo de Constituição da Docência na Educação Infantil

Para compreender a Educação Infantil e a constituição da docência das profissionais que atuam neste nível de ensino, particularmente no Brasil, devemos fazê-lo considerando-se fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que impulsionaram o ingresso na mulher nesse nicho do mercado laboral, dentre os quais as alterações na estrutura familiar e questões associadas aos cuidados e à educação de crianças pequenas.

Segundo Ribeiro (2013), a responsabilidade pela educação das crianças sempre recaiu sobre as famílias e, em especial, sobre as mães. Desde o período colonial, o papel social feminino estava restrito ao de esposa e mãe, estereótipo moldado pela influência religiosa, que conferia à maternidade a principal função da mulher, sendo sua responsabilidade a educação

das crianças nos primeiros anos de vida. Nesse tempo a ligação aos valores religiosos às mulheres era profunda, o que as fazia ajustar seu comportamento para atender às exigências morais da época, afastando-se da vida pública e concentrando-se nos afazeres domésticos e nos cuidados com os filhos (ARCE, 2002, p.81).

Posteriormente, o advento do capitalismo impulsionou o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho e no magistério. Esse processo ocorreu a partir de uma necessidade política e econômica, visto que havia diferença salarial entre o masculino e feminino. Neste contexto observa-se também a influência da religião que apresentava o magistério como uma “profissão por excelência feminina, sustentada pela ideia de que a mulher era ‘naturalmente’ preparada para cuidar das crianças pequenas” (Rodrigues de Souza & Carlos de Melo, 2024, p. 3).

Verifica-se que mais que em outros níveis educacionais de atuação da docência, na Educação Infantil a profissão é acentuadamente exercida por mulheres, de forma histórica e socialmente determinada, sendo associada à não necessidade de qualificação para seu exercício, ao baixo status profissional e, conseqüentemente, a baixos salários; também marcada historicamente por uma diversidade de concepções e associações com outras tarefas que, por consequência, se traduz em múltiplas denominações (AQUINO, 2010; CERISARA, 2002).

Louro (1997) destaca que a partir do declínio das pessoas do sexo masculino no exercício da docência, que ocorreu a partir da expansão do ensino primário do país e a procura dos homens de oportunidades em outras áreas profissionais, as mulheres se tornaram maioria no magistério, ocorrendo a feminização da docência, ficando a atividade docente associada com características naturalmente “femininas”, tais como a afetividade, paciência, doação e o “jeito” para lidar com as crianças.

Pensando na identidade profissional da professora de educação infantil, o mito da educadora nata aliou-se ao processo de feminização da docência. Segundo Arce (2002), essa

concepção predomina no que diz respeito à imagem do profissional que atua neste nível de ensino. A autora critica essa perspectiva por reforçar uma visão limitada do papel feminino, que tende a desvalorizar a formação acadêmica e profissional das professoras, sustentando que o ofício de ensinar crianças pequenas exige apenas habilidades “maternais”, por isso se caracteriza em uma extensão da maternidade, criando uma expectativa de que mulheres naturalmente “sabem” cuidar e educar.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação lançou, em 2002, uma pesquisa que contém informações sobre o perfil dos profissionais em educação, que dá uma perspectiva de reconhecimento da profissional da Educação Infantil, destacando que:

A maioria dos educadores é mulher. Está entre 25 e 59 anos, com predominância da faixa entre 40 a 59 anos. É casada ou tem companheiro. Vive em casa própria perto do centro da cidade. Segue uma religião. É sindicalizada. É simpatizante de algum partido político, mas não é filiada. Envolve-se pouco com movimentos sociais. Tem habilitação adequada ao cargo ou função que exerce. Trabalha na rede estadual. Já tem de 12 a 18 anos de serviço. Trabalha, em média, oito horas semanais, em casa. Dedica de 11 a 20 horas semanais a trabalhos extras. Ocupa-se sozinha das tarefas domésticas. Cultiva o hábito da leitura, mas quase não vai ao teatro ou ao cinema. Não tem computador, quando tem, usa para fins profissionais, o acesso à internet ainda é muito restrito e igualmente limitado a fins profissionais (RETRATO DA ESCOLA 3, 2002, p. 3).

Em pesquisa mais recente datada de 2021, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontou que, há uma predominância feminina em todas as etapas da educação básica: 88,1% nos anos iniciais, 66,8% nos anos finais do fundamental e 57,8% do corpo docente no ensino médio. Na Educação Infantil, elas correspondem a 96,4% da docência. Neste sentido, o próprio, o Inep destacou que “o perfil predominantemente

feminino dos profissionais vai se modificando à medida que se caminha da educação infantil para o ensino médio e para educação profissional” (INEP, 2009, p. 21).

Por outro lado, é perceptível o aumento do número de homens a partir dos últimos anos do ensino fundamental, o que sugere que fatores como salário, prestígio e valorização influenciam na escolha da carreira, até mesmo no município de Imperatriz. Observa-se que os homens ainda ocupam cargos vistos como de maior prestígio e com remunerações mais altas; no entanto, atualmente, as mulheres estão se aproximando dos níveis mais elevados de formação ou buscando romper com os estereótipos que limitam o feminino, como a ideia de que a mulher pertence apenas à Educação Infantil por supostos atributos inatos (Ferreira de Moura, 2016, p. 495).

Diniz, Vasconcelos e Miranda (2004, p. 25) destacam que:

A sociedade investiu na naturalização deste processo, tentando fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher é uma consequência de sua capacidade de ser mãe. De certa forma a escola ajudou a consagrar os tradicionais papéis femininos, contribuindo muito para a manutenção deste imaginário (DINIZ; VASCONCELOS; MIRANDA, 2004, p. 25).

Durante toda a trajetória histórica, houve transformações na educação brasileira e na concepção de criança tornando-se um sujeito de direitos, o que impulsionou a modificação do perfil profissional da professora de crianças pequenas. Machado (2000, p. 195) destaca que

se há tempos atrás o profissional leigo, paciente e afetivo satisfazia a expectativa social para a função de cuidar das crianças pequenas enquanto suas mães estavam trabalhando, a exigência de um docente especialmente qualificado e com nível de escolaridade mais elevado vem responder ao clamor de democratização da educação e de melhoria da qualidade do atendimento.

Nessa perspectiva, a autora assegura que o novo perfil profissional que vem sendo

exigido traz a necessidade de melhorias na formação, contribuindo para um trabalho adequado e coerente para as crianças pequenas, o que influencia na construção da identidade docente.

Buscando compreender o significado e a constituição do que seria a identidade, no estudo de Clampa (2007), baseado na psicologia social, é destacado que a identidade pode ser comparada com um processo de metamorfose, o que quer dizer que está em constante transformações e vai se construindo a partir das relações sociais e demonstra que a identidade não é algo finalizado, mas sim em constante construção, dependendo também da trajetória do indivíduo. Para Gatti (1996, p. 85),

a identidade não é somente constructo de origem idiossincrática, mas fruto das interações sociais complexas nas sociedades contemporâneas e expressão sociopsicológica que interage nas aprendizagens, nas formas cognitivas e ações dos seres humanos. Ela define um modo de ser no mundo, num dado momento, numa dada cultura, numa história.

A profissional da Educação Infantil, no Brasil, historicamente, foi se constituindo num cenário sem qualquer exigência de qualificação, o que traz consequências que ainda hoje tendem a influenciar as concepções acerca da docência nesse estrato educacional (AZEVEDO; SCHNETZELER, 2005).

Foi a partir da promulgação atual estabelecida pela LDB, consolidada no final do século XIX e início do século XX, que remontou os movimentos de institucionalização da educação para crianças pequenas. Leite (2010, p. 76), destaca que

a Constituição de 1988 marcou um divisor de águas na formação dos professores de educação infantil, pois a partir desse momento, o Estado assumiu uma responsabilidade direta sobre essa formação, buscando garantir qualidade na oferta educativa para crianças pequenas.

A valorização da formação docente é um aspecto fundamental na constituição de uma

professora preparada e comprometida com a Educação Infantil, capaz de contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, além de proporcionar conhecimentos, habilidade e reflexões que fortalecem sua identidade profissional e qualificam sua prática.

2. O Processo de formação das professoras que atuam na Educação Infantil

A partir da inserção da Educação Infantil nos sistemas educacionais, formulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que descreve esse nível como a primeira etapa da Educação Básica, iniciou-se uma discussão sobre a necessidade de mudança na formação de futuras professoras. Assim, este documento tornou-se reconhecido como responsável por desencadear diversas modificações nos processos de formação inicial de professores da educação básica referentes aos níveis exigidos para a atuação docente.

Durli e Bazzo (2008) analisam que, no período entre a aprovação da LDB e o ano de 2006, educadores e entidades, especialmente a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais (ANFOPE), acompanharam ativamente o desenvolvimento da legislação, mobilizando-se para pressionar que as propostas da sociedade civil e das organizações representativas da educação fossem consideradas.

Esse movimento de demarcar as disputas no campo educacional foi essencial nas discussões sobre as diretrizes nacionais para o curso de Pedagogia, visto que a proposta elaborada pela Comissão Bicameral do Conselho Nacional de Educação, em 2005, tendeu a limitar o curso “ao pragmatismo da docência para as séries iniciais da Educação Fundamental ou para a Educação Infantil, aprofundando a dicotomia entre teoria e prática” (Durli e Bazzo, 2008, p. 214).

As definições da LDB 9394/96 e da primeira versão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil de 1999 — atualizadas em 2009 (BRASIL, 2009) apontam direções às políticas de formação para essa etapa, tanto inicial quanto continuada, e indagam/indicam o papel indutor do MEC, respeitando-se a autonomia das instâncias estadual

e municipal (KRAMER, 1994). Mas somente com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (Brasil, 2006), a formação de professoras de Educação Infantil foi implementada nos cursos universitários, com a obrigatoriedade do estágio docente em creches e pré escolas.

Assim, foi permitido que as deliberações sobre a formação inicial em Pedagogia estivessem centralizadas no exercício da docência, compreendida, no primeiro parágrafo do art. 2º da Resolução 01/2006:

como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. (Brasil, 2006, p. 1)

Em 29 de janeiro de 2009, foi instituída pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica – Decreto nº 6.755, que previu a elevação da qualidade da formação docente e disciplinou a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dentro dessa política está a oferta, em nível nacional, do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil.

A Conferência Nacional de Educação, em 2010, debateu a respeito de um Plano de Educação que atendesse as demandas nacionais. Sobre a questão, Dourado comenta que:

A aprovação do Plano Nacional de Educação pelo Congresso Nacional e a sanção Presidencial, sem vetos inauguraram uma nova fase para as políticas educacionais brasileiras. Além das diretrizes que são sinalizadoras de busca de maior organicidade para a educação nacional no decênio 2014/2024, o PNE apresenta a discussão sobre qualidade, avaliação, gestão, financiamento educacional e valorização dos profissionais da educação. (2015, p. 301)

No Plano Nacional de Educação é encontrada uma meta que dispõe sobre a garantia de uma política nacional de formação, tentando assegurar “que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (Brasil, 2014, p. 12).

Acredita-se que a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, foi uma das iniciativas que impulsionaram o processo de formação de professores, ao estabelecer como meta qualificar estes profissionais em exercício por meio de programa de formação em serviço, realizados em parceria com instituições de ensino superior e com o apoio técnico e financeiro da União dos Estados. (Silva Fernandes & Kuhlmann, 2024, p. 9).

Cordão (2013) frisa a necessidade de os cursos de Pedagogia oferecerem uma formação que possibilite aos futuros professores a compreensão do processo de ensino, favorecendo a formulação de estratégias de ensino para se alcançar o aprendizado dos estudantes, pelo fato de que no exercício da docência não se possa dispensar a ação com intencionalidade educativa.

Filho e Filho (2011) discutem a formação docente a partir da perspectiva de que o processo formativo deve ir além da aquisição de conteúdos teóricos e práticos, defendendo que esta deve incluir o desenvolvimento de habilidades críticas, éticas e reflexivas, possibilitando a professora lidar com os desafios da prática educacional. Eles ainda ressaltam que a formação docente não deve ser apenas técnica, mas também cultural, social e política, valorizando o professor como sujeito ativo e transformador dentro do ambiente educacional. Os autores também destacam a importância de preparar os professores para uma atuação consciente e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes e com a construção de uma educação de qualidade.

Lüdke e Boing (2012, p. 433) consideram que formar professores é uma tarefa exigente, dentre outros motivos, em função da complexidade do próprio magistério. Por esse motivo, é necessário “considerar o trabalho efetivamente realizado pelos professores da

educação básica como ponto central”.

Ademais, Silva e Guimarães (2011) destacam que a “formação docente não pode ser vista apenas como um processo de acumulação de conhecimentos de forma estática, como cursos, teorias, leituras e técnicas, mas sim como a contínua reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor” (SILVA e GUIMARÃES, 2011, p. 14).

Nessa perspectiva, a formação continuada é uma necessidade para todos os professores que trabalham com crianças, estando diretamente ligada à atuação e à prática docente e destacada nos cursos de formação. Entretanto, não se limita à presença somente como ouvinte de cursos, oficinas ou palestras, é fundamental que a professora participe de atividades de pesquisa que a incentive a refletir e buscar soluções para os desafios que afetam o cotidiano escolar. Somente é eficaz o conhecimento construído se a professora conseguir integrá-lo em sua prática e articulá-lo com seu próprio desenvolvimento. (Andrade, 2022, p. 17)

Sabe-se que a formação para atuar na Educação Infantil possui algumas especificidades, conforme podem ser observadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Neste documento é apontado que a atuação docente vai além da utilização de conhecimentos específicos e delimitados pelas leis, pois incluem também habilidades para lidar com aspectos emocionais, cognitivos e sociais, enfim, com o desenvolvimento integral da criança.

Para tal, destaca a importância de uma abordagem que valorize a ludicidade e a interdisciplinaridade, que permite a criança aprender por meio do brincar e da exploração. Aliás, é fundamental que a professora esteja preparada para atuar de maneira inclusiva e diversa, considerando as especificidades culturais e familiares das crianças.

Stangherlim, Vercelli e Santos (2015, p. 22) afirmam que “as leis que normatizam a educação infantil brasileira foram as responsáveis pelos avanços que encontramos atualmente”, visto que estes documentos garantem o direito da criança à educação e esse nível de ensino se tornou um espaço educativo de promoção de seu desenvolvimento, deixando de ser somente

um local de cuidados.

De acordo com Cordão (2013, p.187), sobre a atuação docente, é destacada a necessidade do professor de educação infantil de compreender sua função de ensinar e promover o desenvolvimento infantil, de compreender a necessidade de ações planejadas e intencionais em todos os momentos de contato com as crianças. Um professor que tenha compreensão teórica e fundamente suas ações. Para finalizar, pode-se afirmar que a proposta do curso de articular teoria e prática foi profícua para a formação das professoras egressas do curso.

Porém, Gatti e Barreto (2009) afirmam que o currículo desenvolvido para o curso de Pedagogia é fragmentado, pelo fato de possuir um conjunto disciplinar bastante disperso. A partir da análise das ementas dos cursos em diversas instituições do país, as autoras salientam que, nas matérias específicas à formação profissional é predominante um enfoque teórico que pouco se relaciona às práticas educacionais, que aparecem também nas ementas das disciplinas que se referam à Educação Infantil.

Nascimento e Lira (2017) ao enfatizar os marcos legais para a formação de professores da Educação Infantil e focando no estudo sobre as DCN (BRASIL, 2006), abordam nas discussões a questão da identidade do pedagogo, que, embora esteja em pauta há muitos anos, ainda parece não ter sido plenamente resolvida. As autoras enfatizam a importância do planejamento das práticas educativas realizadas com crianças nas instituições de Educação Infantil, fundamentando nas diretrizes específicas para a organização do trabalho pedagógico nessa etapa.

Oliveira-Formosinho (2002, p. 43-44) esclarece que

[...] o papel dos professores das crianças pequenas é, em muitos aspectos, similar ao papel dos outros professores, mas é diferente em muitos outros. Esses aspectos diferenciadores configuram uma profissionalidade específica do trabalho das

educadoras de infância. Os próprios atores envolvidos na educação de infância têm sentimentos mistos no que se refere à questão de serem iguais ou diferentes dos outros professores, nomeadamente dos outros professores do ensino primário.

Côco, Galdino e Vieira (2019) destacam a importância da formação inicial para reconhecimento da Educação Infantil como possibilidade de atuação, considerando que as trajetórias evidenciam uma aproximação a esta etapa educacional por dois principais argumentos. Primeiro, porque muitos ingressam no curso já cientes da possibilidade de atuar nessa etapa de Educação. Segundo, pela constatação de atuação dos estudantes na área ainda na formação inicial, geralmente desempenhando funções auxiliares ao trabalho dos docentes.

Porém, mesmo com o aumento do conhecimento sobre essa etapa educacional ao longo da formação, as autoras observaram que a Educação Infantil não constitui, para a maioria dos estudantes, uma escolha intencional de atuação profissional. As análises realizadas indicam que no percurso entre a formação inicial e o exercício docente, a Educação Infantil está presente, mas pode, eventualmente, configurar-se como um campo de afastamento em termos de interesse e continuidade.

Destaca-se que, a formação inicial é reconhecida como direito dos profissionais, que contemplam as especificidades do campo, desviando de uma preparação para o ensino fundamental e as práticas domésticas desde a publicação realizada Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, Coordenação Geral da Educação Infantil (MEC/SEF/COEDI), do primeiro documento que expõe diretrizes para a formação de professores de Educação Infantil no Brasil - Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil (BRASIL, 1994). Porém, ainda existe descontinuidade enfrentadas pelas iniciativas de formação, além de dispersão e fragmentação, o que conseqüentemente prejudica a possibilidade da prática reflexiva, da construção de coletivos fortes, da consistência dos fazeres teorizados. (MICARELLO, 2013)

A falta de uma formação adequada pode levar a uma prática pedagógica que não atende às necessidades e potencialidades das crianças, resultando em um ensino que não é suficientemente intencional ou eficaz. Por esse motivo, a formação inicial e continuada das professoras é de extrema importância para garantir que elas estejam preparadas para enfrentar dos desafios da docência nesse nível de ensino e para a implementação de práticas pedagógicas que realmente beneficiem o desenvolvimento das crianças.

3. A atuação da professora da Educação Infantil

O processo de constituição da docência na Educação Infantil revela um campo em constante transformação, marcadamente influenciado por fatores históricos, culturais e sociais. Desde o início, o papel das professoras neste nível de ensino tem sido ambíguo, oscilando entre a valorização e a marginalização dentro do sistema educacional mais amplo. Porém, a docência vem buscando novas atualizações e reformulações da sua atuação profissional, pois, segundo Sousa (2008, p. 42):

Ser professor, hoje, significa não somente ensinar determinados conteúdos, mas sobretudo um ser educador comprometido com as transformações da sociedade, oportunizando aos alunos o exercício dos direitos básicos à cidadania.

Neste contexto, o desafio de consolidar uma identidade docente robusta é uma constante na trajetória dos profissionais da Educação Infantil. Toninato (2008) sugere que a formação identitária dessas professoras é um processo dinâmico, no qual as práticas cotidianas e as expectativas sociais se entrelaçam na construção de uma personalidade profissional única. Neste sentido, a formação inicial e continuada emerge como uma das principais ferramentas para o fortalecimento dessa identidade.

E não há como discutir esse processo sem mencionar a articulação entre teoria e prática na formação docente que é sempre destaque nas discussões. Lovatti (2019) enfatiza a

necessidade de uma formação docente que não apenas ensine técnicas pedagógicas, mas que também desenvolva a capacidade crítica dos educadores para questionar e melhorar continuamente suas práticas em prol de um ensino mais eficaz. E para que isso aconteça, a formação continuada é um componente vital para o desenvolvimento docente, garantindo que professores não apenas acompanhem, mas liderem as transformações pedagógicas necessárias.

No que se refere à formação inicial, Martins (2018) explora a relevância dos programas de iniciação à docência, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na formação dos futuros educadores, destacando seu impacto positivo na compreensão dos desafios e práticas pedagógicas da Educação Infantil. Para ele, essa experiência prática pré-profissional proporciona uma visão holística das demandas e recompensas associadas à carreira docente neste nível de ensino.

A literatura ressalta a importância da construção de espaços de reflexão e suporte para professores que trabalham na Educação Infantil. Sehn (2020) analisa como grupos de discussão podem funcionar como ambientes propícios para o desenvolvimento profissional e pessoal das professoras. Estes espaços de diálogo são vitais para a troca de experiências e para a consolidação de uma prática docente mais consciente e inovadora.

Nesse sentido, acredita-se que a integração de novas metodologias pedagógicas, como a Pedagogia de Projetos, é essencial para a adaptação às mudanças sociais contemporâneas. Teixeira (2023) afirma que essa abordagem promove um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e centrado na criança, favorecendo as educadoras a adaptarem suas práticas às necessidades emergentes dos alunos. O autor argumenta que essas práticas são fundamentais nesse processo, pois promovem um aprendizado centrado no aluno que é reflexivo e responsivo às suas necessidades. Este tipo de inovação pedagógica tem o potencial de enriquecer significativamente a experiência educacional das crianças.

Outra questão crítica na constituição da docência infantil é a inclusão de práticas

pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e o desenvolvimento das crianças. Kaiser (2019) discute a importância de reconhecer as crianças como produtoras de cultura desde a tenra idade, propondo uma educação que respeite e desenvolva essa característica inerente.

Nessa perspectiva, ele enfatiza a necessidade de práticas que reconheçam e valorizem as crianças não apenas como aprendizes, mas também como criadoras de cultura, favorecendo a construção de um ambiente educativo que respeite e promova a diversidade cultural desde a infância, ajudando os professores a desenvolver uma sensibilidade cultural crítica.

Outro aspecto essencial é a integração e o desenvolvimento de currículos que não só acolham, mas também celebrem a diversidade cultural presente nas salas de aula. Kaiser (2019) destaca a relevância de considerar as crianças como agentes culturais ativos, fato que deve ser espelhado em uma prática pedagógica inclusiva.

Neste mesmo sentido da importância de fomentar a diversidade, discussões sobre a interseção entre prática pedagógica e religiosidade também se destacam na literatura, sendo defendidas por Santos (2018), que sugere que a Educação Infantil pode ser um espaço de aprendizado que respeite e inclua a diversidade espiritual, sem promover discriminações.

A prática pedagógica na Educação Infantil é um campo fértil para inovação e criatividade. Segundo Stival (2020), o incentivo à criatividade nesse contexto não apenas enriquece a experiência educacional, mas também fortalece a capacidade de adaptação dos docentes às mudanças contínuas na sociedade. Programas pedagógicos que promovem experiências interativas e criativas são essenciais para o desenvolvimento integral das crianças.

Ainda no que se refere à pensar no desenvolvimento integral da criança, Montano (2018) defende que a corporeidade é uma dimensão fundamental na Educação Infantil que deve ser trabalhada através de atividades que envolvam movimento e expressividade. Esta ênfase na corporeidade requer que os professores possuam habilidades específicas que permitam o engajamento dos alunos em experiências educacionais ricas e desafiadoras.

Também contruindo para o desenvolvimento da criança, Jucineide Melo (2019) ressalta a importância da oralidade na prática pedagógica da Educação Infantil, apontando que ela é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e emocional destas. Essa perspectiva sugere que a comunicação verbal deve ser uma pedra angular nas metodologias de ensino aplicadas neste nível educacional.

Dentro desse contexto, ressalta-se que a ação da professora nesse nível de ensino deve ser consciente, planejada e direcionada, atuando de maneira proposital para promover aprendizagens significativas para a criança. A intencionalidade pedagógica é estruturada a partir dessa intervenção que permite criar um ambiente que estimule a criança a explorar, descobrir e interagir, indo além do cuidado, avaliando e observando suas necessidades e interesses.

Para Oliveira (2010, p. 9) o significado da intencionalidade do trabalho pedagógico é: [...], apoiar as crianças, desde cedo e ao longo de todas as suas experiências cotidianas, no estabelecimento de uma relação positiva com a instituição educacional, no fortalecimento de sua autoestima, interesse e curiosidade pelo conhecimento do mundo, na familiaridade com diferentes linguagens, e na aceitação e acolhimento das diferenças entre as pessoas.

Alves (2019) chama a atenção para que seja evidenciada, a necessidade de políticas integradas que considerem a multidimensionalidade da prática docente na Educação Infantil, ao discorrer sobre as percepções institucionais acerca dos cuidados infantis de saúde nas creches. Tais políticas podem auxiliar na criação de um ambiente que não apenas educa, mas também cuida e desenvolve as crianças de forma integral.

Em se tratando deste binômio educar-cuidar, Angotti (2006, p. 19) ressalta que a profissionalidade dos educadores infantis deve ser fundamentada na efetivação de um cuidar que promova a educação, e de uma educação que não deixe de

cuidar da criança, e de atendê-la em suas necessidades e exigências essenciais desde a sua mais tenra idade.

Porém, o cuidar não pode acontecer de maneira espontânea e sim intencional. Quando se discute sobre o cuidado na Educação Infantil, é importante se atentar que quando atrelado a espontaneidade o cuidar fortalece um desmerecimento do trabalho do professor como técnico e conhecedor da sua função educativa, destacando um modelo negativo que desvaloriza a profissão.

Gobbi e Pinazza (2014, p. 11-12) dizem que:

[...] na concepção de práticas pedagógicas destinadas às crianças pequenas, torna-se essencial a revisão dos conceitos de cuidado e educação, superando as concepções assentadas na histórica polarização da custódia (tutela) - instrução (escolarização). Em vez disso, a educação deve ser pensada como promotora das aprendizagens infantis, comprometida com o respeito às manifestações das múltiplas linguagens das crianças e, assim, preocupada em garantir a meninas e meninos espaços e meios em que suas expressões languageiras possam estar presentes, sendo compreendidas em sua inteireza e complexidade por todos.

A despeito do que foi exposto, torna-se mister que os docentes compreendam a criança como protagonista em todo o processo e a importância de pensarem a formação inicial e continuada como aspectos essenciais que favorecem uma atuação e uma prática pedagógica mais alicerçada em referências que respeitem a infância. Sabe-se que existe muito a ser feito para que se possa alcançar este objetivo, sendo uma luta que precisa ser empreendida pelos profissionais da Educação Infantil e por todos aqueles que acreditam ser este nível de ensino parte significativa do processo formativo da criança.

Considerações Finais

Esse trabalho buscou compreender o processo de constituição da docência na Educação Infantil, explorando as diversas concepções produzidas sobre as profissionais da educação desde o início de sua atuação neste nível de ensino até os dias atuais. Além disso, buscamos encontrar na literatura como esse processo de constituição e formação aconteceram e como sucede a atuação dessas profissionais.

Neste processo foram destacados importantes achados que refletem tanto as complexidades quanto as evoluções na prática docente neste campo educativo. Identificamos que, a adoção de pedagogias ativas, é crucial para a promoção de um ambiente de aprendizado que responda adequadamente às necessidades das crianças, além da importância na formação inicial e continuada para a construção da professora. Porém, ainda existem desafios para que esta profissionalização seja eficaz, devendo enfatizar a elaboração do conhecimento de modo crítico e reflexivo.

A pesquisa também evidenciou que a formação continuada das professoras é essencial para inovar e renovar as práticas pedagógicas, contribuindo para a construção intencionalidade do trabalho docente. Essa formação extensiva não só atualiza os professores sobre os novos desenvolvimentos educativos, mas também sobre as dinâmicas socioculturais emergentes.

Os resultados sugeriram que o mito da educadora nata permanece presente, porém lentamente vem sendo desconstruído, dando destaque à profissionalização, construindo um novo “perfil” para as professoras e consequentemente auxiliando na construção da identidade profissional. A carreira vai além de uma vocação ou dom, ela exige uma formação que esteja de acordo com as exigências que esse nível de ensino necessita, com o domínio de aspectos

teóricos e práticos.

A atuação da professora na Educação Infantil deve ser vista como um processo dinâmico e contínuo, integrando os aspectos emocionais e sociais à formação docente. Está intrinsecamente ligada à sua própria formação contínua e ao desenvolvimento de práticas reflexivas. De acordo com Tarif (2012, p. 25), “os saberes docentes são complexos e resultam de uma conjugação de saberes adquiridos pela experiência, pela formação e pela própria prática pedagógica”.

Portanto, este estudo alcançou seu objetivo de refletir sobre o processo de constituição da professora na Educação Infantil, ressaltando práticas e concepções que enriquecem o campo. A literatura estudada conseguiu demonstrar como vem sendo construída a constituição da docência desde seu início até os dias atuais.

Observa-se que ainda existem lacunas nos documentos que regulamentam a profissão e contribuem para a consolidação da constituição identitária das professoras na Educação Infantil. Ficou evidente as fragilidades que afetam essa etapa de ensino, como na formação inicial de professoras. Percebe-se também que há um caminho ainda a percorrer diante do estereótipo da mulher como educadora nata e a relação do maternal relacionada a docência, por ser uma profissão referente aos cuidados e ao educar, características atreladas ao gênero feminino na sociedade.

Tais aspectos apontados contribuem para que a profissão não tenha seu lugar de importância e destaque no processo educacional e na formação das crianças, sendo para tal valorizado cultural e socialmente, bem como em termos da valorização profissional e financeira e das condições de trabalho, hoje tão precarizadas. Tal fato pode ser observado ao se verificar que o salário das professoras da Educação Infantil é o menor dentro do contexto educacional, sua profissão ainda é pensada como maternagem, sua jornada de trabalho é de 8h diárias com um grupo de crianças superior ao que foi definido legalmente para um atendimento de qualidade

neste nível de ensino.

Portanto, propõe-se que para fortalecer a constituição da docência na Educação Infantil, é essencial a melhoria de políticas voltadas para a formação inicial e continuada, garantindo que essas práticas sejam sustentadas por uma valorização real da profissão. Investir em discussões e implementar propostas que ofereçam maior visibilidade e reconhecimento para essas profissionais é primordial para transformar a percepção do seu papel na educação, incluindo a desmistificação da ideia de “tia” e reconhecendo a professora como profissional que contribui e participa como mediadora do desenvolvimento integral da criança. Ao dar suporte para que essas profissionais ampliem seus conhecimentos e desenvolvam novas estratégias pedagógicas, as políticas educacionais devem reconhecer e fortalecer a complexidade de sua atuação, contribuindo e melhorando a prática docente.

Referências

- Alves, R. C. P. (2019). *Percepções de educadoras e proposta institucional acerca dos cuidados infantis de saúde em creche*.
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7133/tde-17102006-130104/>.
- ANGOTTI, M (2006) *Educação Infantil: para que, para quem e por quê*. In: _____.
(Org.). *Educação Infantil: para que, para quem e por quê?* Campinas: Alínea.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (Eds.). (2008). *Qualitative researching with text, image, and sound*. London: Sage.
- Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Brasília, DF: Presidência da República,
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil, Ministério da Educação. (2009). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil: volume I*. Portal.mec.gov.br.
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf.
- Brasil. Presidência da República. (1996) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Côco, V., Vieira, M. N. A., & Gielsen, K. F. (2019). *Docência na educação infantil: desafios e perspectivas da formação inicial em pedagogia*. Furg.br.
<https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8056/5802>
- Coco, V., & Vieira, M. N. A., & Giesen, K. F., & Coco, D. (2021). *Percursos da Formação Inicial em Pedagogia na legislação brasileira: desafios para a docência na Educação Infantil*. Revista Colombiana de Educación, 83.
<https://www.redalyc.org/journal/4136/413676341012/html/>
- DUAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São

Paulo: Martins Fontes, 2005.

- GATTI, B. A. (1996). *Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade*. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 98, 1996. p. 85-90.
- IMBERNÓN, F. (2010) *Formação docente e profissional: formar-se a mudança e a incerteza*. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. Ed. São Paulo Cortez, 2011.
- Flores, R. L. M. (2018). *As crianças e a formação docente: a educação infantil como lugar de encontro*. <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/9904>.
- Kaiser, P. N. (2019). *Arte na educação infantil: o desenvolvimento infantil e a criança produtora de cultura*. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32167>.
- KRAMER, S. (Org.). *Profissionais de educação infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.
- KRAMER, S. *Na gestão da educação infantil, nós temos meninas no lugar de professores?* In: KRAMER, S. (Org.). *Profissionais de educação infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.
- Lovatti, R. R. G. (2019). *Formação e docência na educação infantil do campo: dizeres docentes*. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2447>.
- Martins, R. L. D. R. (2018). *O Pibid e a formação docente em educação física para a educação infantil*. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/7304>.
- Melo, J. S. (2019). *A prática pedagógica e a oralidade na educação infantil*. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29804>.
- Montano, Vera Regina Rozendo. (2018). *Corporeidade, educação infantil e formação docente*. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10551>.
- Nascimento, R. T., & Lira, V. M. (2017). *Marcos legais para a formação de*

professores da educação infantil e desafios à docência. Zero-a-Seis, 19(35), 99–116.

- Oliveira-Formosinho, J. (2005). O desenvolvimento profissional das educadoras de infância: Entre os saberes e os afectos, entre a sala e o mundo. In M. L. A. Machado (Org.), *Encontros e desencontros em educação infantil* (pp. 133–167). São Paulo: Cortez.
- Oliveira, Z. R. de. (2007). *Educação infantil: Fundamentos e métodos* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Santos, A. P. (2018). *Educação infantil e religiosidade*.
<http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/BR-SIFE/83>.
- Santos, M. O., & Franco, N. H. R., & Varandas, D. N. (2019). *Docência na Educação Infantil: entrelaçamentos entre a formação inicial e a prática pedagógica*. Ufba.br.
<https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/27620/19299>
- Sehn, A. S. (2020). *Grupos de discussão de trabalho na educação infantil e na educação inclusiva: um espaço de reflexão e cuidado para educadoras*.
<http://hdl.handle.net/10183/221705>.
- Souza, A. R., & Melo, J. C. (2018). *Educadora ou tia: os reflexos da feminização do magistério na construção da identidade profissional de professores (as) da educação infantil*. Revistas.ufg.br.
<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/48977/32790>
- Stadler, R., & Pereira, S. T. (2024). *A feminização da profissão docente e a identidade da professora de educação infantil*. Unina.edu.br.
<https://revista1.unina.edu.br/index.php/re/article/view/183/149>
- Stival, B. P. (2020). Criatividade nas práticas pedagógicas da Educação Infantil.

Bdtd.ueg.br. <http://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/1287>

- Tardif, M. (2005). *Saberes docente e formação profissional*. Moodle USP: e-Disciplinas. Edisciplinas.usp.br.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724102/mod_resource/content/1/Saberes%20docentes%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional.pdf
- Teixeira, L. A. (2023). *Projetos na educação infantil: desafios, práticas e proposições de uma pedagogia*. Repositorio2.Unb.br.
<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/49335>
- Toninato, T. D. (2008). *Formação identitária de docentes da Educação Infantil*. Ibict.br.
https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_1a6274b40cff9e20f9661819c9861e22
- Vercelli, L. C. A., & Terçariol, A. A. L. (2023). *Educação Infantil: políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores*. Uninove.br.
<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/24371/10178>
- Vidal, M. L. G., & Pucci, R. H. P. (2020). *A constituição histórica do espaço da educação infantil: uma questão de gênero*. Scribd.
<https://pt.scribd.com/document/668335346/A-contituição-historica-do-espaco-da-educacao-infantil-uma-questao-de-genero>